



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Abril a Junho de 2016

Ano 41 – Nº 224

Foto: Geuza Morgado - CPT Pará



20 anos Eldorado... 30 anos Josimo... e a violência no campo cresce!

Págs.: 8 e 9

Goiás: um laboratório
da criminalização
da luta social

Pág.: 4



Foto: Mílton Ninfa

EDITORIAL

Um presidente adulterado

No seu discurso de posse como presidente interino, o vice-presidente Michel Temer citou uma frase que viu num posto de gasolina: “Não fale em crise... trabalhe!” Esta, segundo ele, deveria ser uma frase a ser estampada em todo o Brasil. Segundo reportagem de O Estado de São Paulo, 16 de maio, o posto citado foi lacrado em 2011 por vender combustível adulterado. Desde então está abandonado.

Este posto é uma imagem perfeita do novo governo. Já nasceu adulterado. O ministério que, se anunciava, seria composto de notáveis, acabou se notabilizando pelo envolvimento em esquemas de corrupção. Sete ministros são investigados na Lavajato. Em menos de um mês, três deles tiveram de deixar o ministério. O próprio vice-presidente é citado em mais de uma das denúncias. Na esteira do golpe contra o estado democrático, um golpe maior está sendo desferido cotidianamente contra os direitos dos mais fracos. Multiplicam-se as ações que criminalizam os movimentos sociais, numa tentativa de nocauteá-los para que deixem de lutar por seus direitos.

O caso de Goiás é o mais eloquente. Por conta de uma ocupação de usina falida de um grupo que deve mais de um bilhão de reais aos cofres públicos, o MST foi enquadrado na lei 12.850/2013, que define as organizações criminosas. Quatro lideranças tiveram decretada prisão preventiva. A ação do Judiciário, subserviente ao agronegócio dominante no estado, se articulou com o Executivo, que através de portaria da Secretaria de Segurança Pública, colocou de prontidão as polícias civil e militar do estado, para fazer frente a possíveis distúrbios no campo e na cidade. A prisão das lideranças foi corroborada pelo Tribunal de Justiça do Estado que negou *Corpus* aos detidos nesta ação.

O lamaçal em que se move o atual governo tem sido propício a que a violência contra os homens e mulheres do campo adquira um ímpeto não visto há muito tempo.

O relatório da CPT, Conflitos no Campo Brasil 2015, lançado simultaneamente em Marabá, PA, e Brasília, DF, indicava um expressivo aumento da violência no campo em 2015, fruto, sobretudo, da crise política em que o país vivia. 50 pessoas assassinadas, o maior número registrado desde 2004. 47 delas na Amazônia. No primeiro semestre deste ano, a violência cresce e se expande Brasil afora. Em dados ainda parciais, já se computa o assassinato no campo de 33 pessoas - 15 no Norte, 13 no Nordeste, 3 no Sul, e 1 no Sudeste e 1 no Centro-Oeste - ante 24 no mesmo período, em 2015.

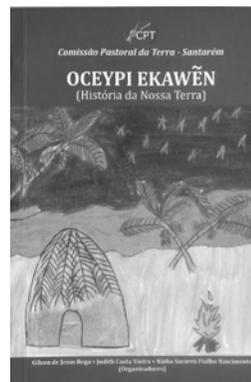
Essa violência toda nos coloca em sintonia com a memória dos 30 anos do martírio do Padre Josimo Moraes Tavares e dos 20 anos do massacre de Eldorado dos Carajás. Ontem, como hoje, a luta por direitos é cercada de perigos.

Mas, no meio da escuridão surgem lampejos de vida. Multiplicam-se os sinais de revigoramento dos movimentos populares. Um destes sinais brilhou no palco da maior tragédia social e ambiental, em Mariana, MG. Os movimentos populares em diálogo com o Papa Francisco lá realizaram um Encontro histórico em que reafirmaram o que o Papa tem repetido: **“Nenhuma família sem casa. Nenhum camponês sem terra. Nenhum trabalhador sem direitos”.**

Apesar de tudo a esperança se mantém viva e ardente.



OCEYPI EKAWËN (História da Nossa Terra)

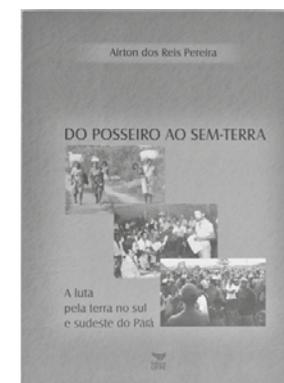


A Comissão Pastoral da Terra em Santarém publicou o livro **OCEYPI EKAWËN (História da Nossa Terra)** que traz o cotidiano, as histórias de vida, os problemas e conflitos que envolvem um grupo de famílias que se autoidentificam Indígenas Munduruku do Planalto. Foi um trabalho construído após meses de entrevistas com indígenas e moradores mais antigos da região. Suas falas são reproduzidas na edição.

O título do livro **OCEYPI EKAWËN** na língua Munduruku significa “História da Nossa Terra”. O livro também é ilustrado com desenhos das crianças e adolescentes que registraram no papel as diversas formas do cotidiano de suas aldeias. Desenhos que se misturam aos textos de forma harmônica. Toda a elaboração do material foi discutida e aprovada pelos indígenas. Na segunda e terceira partes do livro se encontram textos e entrevistas com profissionais de diversas áreas do conhecimento que tratam de como o avanço do capital, sobretudo da soja tem afetado as comunidades da região. A organização do livro esteve a cargo de Gilson de Jesus Rego, Judith Costa Vieira e Nádia Socorro Fialho Nascimento, agentes da CPT em Santarém. A publicação é responsabilidade da CPT.

Do posseiro ao sem-terra a luta pela terra no sul e sudeste do Pará

O livro “Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará”, é resultado da tese de doutorado de Airton dos Reis Pereira defendida no Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, em 2013. Diz Ana de Souza Pinto, socióloga e agente da CPT: o autor “ao analisar os conflitos sociais em torno às disputas por terra no Pará, apresenta as mudanças ocorridas nas formas de luta e de resistência dos trabalhadores diante da violência do Estado e dos grandes proprietários e empresários rurais ao mesmo tempo em que narra a passagem da categoria posseiro à de sem-terra. É uma obra que oferece aspectos importantes para se compreender a História do Brasil. Ela vai além da academia na medida em que possibilita aos diversos atores ligados aos movimentos sociais qualificarem mais suas intervenções no campo e a lutar, efetivamente, pela reforma agrária, rumo à Terra Sem Males.” A obra abrange o período, entre a segunda metade da década de 1970 e meados dos anos 2000. Airton tem uma relação histórica e orgânica com a CPT, tanto no tempo em que foi agente liberado da CPT, quanto hoje quando intercala sua atividade acadêmica na universidade com militância.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom André de Witte

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Thiago Valentim
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Elvis Marques
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO

Brot für die Welt

CATHOLIC ORGANIZATION FOR
Development and Peace



MISEREOR
IHR HILFSWERK

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações cpt@cptnacional.org.br



Dois anos sem Dom Tomás e Dom Moreira

Foto: Blog União das Aldeias Apinajé



“Em seu tempo, Dom Tomás Balduino foi um ser humano sábio, justo e sensato, que fez opção pelos povos mais necessitados e oprimidos do país”, destacou a Associação dos Indígenas Apinajé, do Tocantins. O trecho acima faz parte da mensagem divulgada pelos Apinajé no dia 2 de maio, quando se completaram dois anos da páscoa de Dom Tomás Balduino. “A caminhada profética de Dom Tomás Balduino, na terra que ele tanto amou, imprimiu rastros de solidariedade, humildade, simplicidade, sabedoria e amor ao próximo”, ressaltaram os índios.

Dom José Moreira, ou simplesmente Dom Moreira, também nos deixou há dois anos. Ele faleceu em 26 de abril. O Conselho e Assembleia Nacional da CPT, realizados entre 26 e 29 de abril

deste ano, rememoraram os dois profetas que tanto se dedicaram à Pastoral. “Estamos reunidos em Assembleia Nacional há dois anos da morte de Dom José Moreira e de Dom Tomás Balduino e de tantos outros que nos precederam”, ressaltou Carta Final da 29ª Assembleia Nacional da CPT.

Em Goiânia, diversas organizações sociais e pessoas se mobilizaram em torno da 2ª Semana Dom Tomás Balduino, realizada entre os dias 30 de abril e 10 de maio. Aconteceram missas, celebração ecumênica e Mesa de Diálogos, com a abordagem “Tomás e Francisco, inspirações para a militância de hoje”.

“A Teia é o caminho da rebeldia e não da aceitação”

Foto: Eanes Silva



Entre os dias 13 e 15 de maio foi realizado na comunidade Forquilha, às margens dos Rios Parnaíba e Balsas, em Benedito Leite, no Maranhão, o Encontro da TEIA – Articulação de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão. Estiveram presentes representantes dos povos indígenas Krenyê, Gamela, Krikati, Krepym katejê e de comunidades quilombolas, sertanejos, geraizeiros, quebradeiras de coco, pescadores artesanais, e diversos representantes de organizações e entidades.

“Nas terras maranhenses, nossos projetos de vida estão ameaçados pelo latifúndio, pelas empresas capitalistas incentivadas e patrocinadas pelo Estado. Nos últimos anos a violência está sendo acirrada com a implementação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário – MATOPIBA – e seus diversos projetos de infraestrutura”, destaca Carta Final do Encontro. Por fim, no documento, os/as participantes manifestam repúdio às medidas adotadas por Michel Temer (PMDB) após assumir interinamente a presidência. “Apesar de escuro... Estamos de pé e não nos deixaremos deter e temer!”, finaliza a Carta.

Mensagem de Frei Henri às famílias do Acampamento “Frei Henri”

No início do mês de maio, o acampamento Frei Henri, localizado na Fazenda Fazendinha, em Curionópolis, no Pará, voltou a sofrer ataques de pistoleiros, fazendeiros e policiais militares, conforme denúncia dos acampados. Pelo menos 154 famílias vivem na área há seis anos. “Este não é o primeiro ataque realizado contra o acampamento. Desde o ano passado são registradas ocorrências na Delegacia de Conflitos Agrários e nenhuma providência foi tomada como medida contra a ação do fazendeiro Darlam Lopes”, denunciou o MST, que ressaltou ainda que a área já foi comprovada como da União.

Diante do grave conflito, Frei Henri, morando hoje na França, enviou uma mensagem às famílias do acampa-

mento que leva seu nome. “Quero dizer, com muita força, que estou totalmente solidário a vocês. Se tivesse a possibilidade, fretaria um avião para chegar logo no meio dos meus queridos acampados, e enfrentar esses fazendeiros/grileiros. Infelizmente estou doente, deitado, sem poder me levantar. Estou bem consciente da dificuldade de vocês, do perigo desses fazendeiros e da trincheira que eles construíram. Mas sei também do acompanhamento que tem sido feito pelos advogados da CPT e do MST, muito competentes”, disse Frei Henri, que terminou a mensagem dizendo “fiquem firmes, unidos, confiantes, determinados, e não deixem esses fazendeiros se apropriarem da terra de vocês”.

Assassinato de casal extrativista completa cinco anos

No dia 24 de maio completaram-se cinco anos do assassinato de José Claudio e Maria do Espírito Santo. O casal foi covardemente assassinado pelos pistoleiros Lindonjonson Silva e Alberto Nascimento, a mando de José Rodrigues Moreira. O assassinato ocorreu no município de Nova Ipixuna, no Pará. “O crime teve repercussão nacional e internacional, mas, nem esse fato foi suficiente para uma justa punição dos responsáveis pelo crime. Embora houvesse prova da participação de outros fazendeiros na decisão de mandar matar o casal, as investigações ficaram pelo meio do caminho e apenas os três foram denunciados e presos”, afirmaram, em Nota Pública, organizações e familiares do casal.

Cinco anos depois, estão foragidos o pistoleiro Lindonjonson Silva e o mandante José Rodrigues. No dia 15 de novembro de 2015, Lindonjonson, que cumpria pena de 42 anos de prisão na Penitenciária de Marabá, teve sua fuga facilitada. Ele foi autorizado pelo diretor do presídio a ir para uma área do semiaberto - sendo que ele só teria esse direito no ano de 2028. E foi de lá que ele fugiu. José Rodrigues, em 2013, foi absolvido num julgamento em que o juiz que presidiu a seção foi acusado pelos movimentos sociais de ter tido um comportamento que beneficiou o acusado e criminalizou as vítimas. Em 2014, após recurso dos advogados das vítimas, o Tribunal de Justiça do Pará anulou o julgamento que absolveu o acusado que teve prisão preventiva decretada. Mas nunca foi capturado “A impunidade é uma espécie de licença que eles têm em mãos para continuarem matando”, finaliza a Nota.

CNDH realiza missão em Rondônia e verifica denúncias sobre conflitos no campo

No início do mês de junho, ao longo de quatro dias, representantes do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) visitaram as regiões de Jaci Paraná, Porto Velho, Machadinho, Jaru e Vale do Jamari. A missão realizada em Rondônia foi presidida pelo advogado Everaldo Patriota, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Ricardo Barreto, vice-presidente da Associa-

ção dos Magistrados Brasileiros; Antônio Neto, da Justiça Global, e pela advogada Bruna Balbi, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A visita de representantes do CNDH no estado foi motivada pelo altíssimo índice de violência registrado no campo rondoniense. Foram 20 assassinatos no ano passado, conforme dados da CPT. Em 2016, infelizmente, a violência segue fazen-

do mais e mais vítimas, já são pelo menos 11 pessoas mortas no campo, além dos casos de ameaças e tentativas de execução. Há pouco mais de um mês, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos manifestou repúdio à grande onda de violência sofrida pelos defensores de direitos humanos no Brasil, especialmente na região amazônica, que vem liderando o ranking de violência no campo.

CRIMINALIZAÇÃO

MST, organização criminosa

ANTÔNIO CANUTO*

Um colegiado de três juizes, sob a presidência do juiz da Comarca de Santa Helena de Goiás (GO), expediu mandado de prisão contra os acampados Luiz Batista Borges, Diessyka Santana e Natalino de Jesus, integrantes do acampamento Padre Josimo, e contra José Valdir Misnerovicz, da direção nacional do MST, com atuação em Goiás.

O mandado de prisão foi executado no dia 14 de abril. Luiz Batista, ao atender convite para prestar esclarecimentos na delegacia local, foi preso. Os outros três conseguiram se resguardar. Valdir, porém, foi preso em Veranópolis, RS, no dia 31 de maio, numa operação conjunta da Polícia Civil dos estados de Goiás e Rio Grande do Sul. Duas viaturas da Polícia Civil de Goiás estavam no Rio Grande do Sul para transferirem imediatamente o preso para Goiás.

Enquadramento

Os quatro militantes do MST foram presos enquadrados na lei nº 12.850/2013 que define o que são Organizações Criminosas. Diz o parágrafo 1º do artigo 1º:

“Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.”

Pela primeira vez um movimento de luta pela terra, no caso o MST, foi considerado Organização Criminosa, de acordo com a lei sancionada pela presidenta Dilma.

A decisão judicial, ao que tudo indica, foi articulada com o governo estadual. Dois dias antes, da execução do mandado de prisão, em 12 de abril, a Secretaria de Segurança Pública de Goiás havia baixado a portaria n. 446, impondo às polícias Civil e Militar, estado de “prontidão”, para suposta “proteção da ordem pública e da paz social”, para acompanhar “possíveis delitos em conflitos urbanos e rurais”. Por esta portaria eram suspensas férias e outras licenças a que os policiais teriam direito. Por isso Valdir hoje está



preso no Núcleo de Custódia de Segurança Máxima, em Aparecida de Goiânia, na grande Goiânia. Local destinado a presos de alta periculosidade.

Sob pressão dos ruralistas

Estando para ser julgado o *Habeas Corpus* (HC) pedindo relaxamento da prisão de Luis Borges e com o agravante da prisão de Valdir, foi solicitada audiência com o desembargador, relator do processo. A Audiência se realizou em 2 de junho. Dela participaram o doutor Marcelo Lavenère, ex-presidente da OAB, a professora Beatriz Vargas, da UNB, os deputados federais Paulo Pimenta, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e João Daniel, do Núcleo Agrário do PT e Dom Guilherme Werlang, presidente da Comissão 8 da CNBB.

O julgamento deste *Habeas Corpus* (HC) fraudou as esperanças dos que acompanhavam o caso. Foi negado por unanimidade. No dia 23 de junho foi julgado o HC de Valdir dia 23 de junho. Três desembargadores votaram pela manutenção da sua prisão, um contrário e um quinto juiz pediu vistas. Ao fechar esta edição, o voto deste último não havia sido emitido. (Nesse meio tempo, também em Goiás, no município de Itapaci, em outro conflito foi emitida ordem de prisão contra outro integrante do MST, Lázaro Peireira da Luz, enquadrado na mesma lei.)

Dom Enemésio e Dom André visitam Valdir

O presidente e o vice-presidente da CPT, Dom Enemésio Lazzaris e Dom André de Witte, no dia 07 de junho visitaram Valdir, em nome da CPT. Após a visita emitiram comunicado ao episcopado brasileiro. Nele afirmam:

“Fica claro que o sistema pretende a criminalização dos movimentos sociais e de suas lideranças. Goiás está servindo como laboratório para o tratamento das ações dos movimentos daqui para frente, nesta conjuntura nacional ainda mais anti-social que estamos vivendo. ... Não são os trabalhadores sobre os quais pesa a sentença judicial que estão sendo julgados. São os movimentos que lutam por Reforma Agrária, por direitos.”

O contexto das prisões

O primeiro mandado de prisão foi emitido no contexto da ocupação feita por mais de 1.500 famílias ligadas ao MST de uma pequena parte da Usina de Alcool e Açúcar de Santa Helena, em recuperação judicial, com uma dívida com o erário público, calculada em R\$ 1.257.829.201,07. A União entrou com processo de execução fiscal contra a Usina, na Vara Federal de Anápolis, que decidiu pela adjudicação dos imóveis da Usina. Quer dizer, os imóveis deveriam ser transferidos para o domínio da União para quitar uma pequena parte da dívida com a Fazenda Pública Federal. Havia sinalização de que a área poderia ser destinada ao INCRA para Reforma Agrária.

Ao saberem disso, os sem-terra ocuparam parte do imóvel com a finalidade de acelerar o processo de transferência

do mesmo para o INCRA. Contudo, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que a decisão era da competência do juízo da Comarca de Santa Helena de Goiás, que concluiu pela nulidade da ação julgada em Anápolis e decidiu que “o imóvel deve ser destinado à atividade agroindustrial da cana de açúcar”. Foram movidas duas ações de reintegração de posse contra os ocupantes. Nas duas ações foi determinado o despejo forçado das famílias acampadas, todas já produzindo alimentos na área.

O clima político de Goiás não é nada favorável. O estado é dominado pelo agronegócio, tendo à frente o senador Ronaldo Caiado, fundador da UDR. O senador Eunício de Oliveira tem uma imensa propriedade no estado. A influência dos ruralistas se estende a todos os poderes do estado.

O Grupo Naoum

O imóvel ocupado faz parte do patrimônio da empresa Usina de Alcool e Açúcar Santa Helena, que é parte de um conglomerado de empresas pertencentes ao grupo “NAOUM”. O grupo Naoum, além da enorme dívida tributária acima citada, está sendo processado pela prática de diversos crimes:

- ocultação de documentos e equipamentos de informática com a finalidade de apagar as provas das fraudes;
- descumprimento das obrigações trabalhistas. Há mais de duas mil ações trabalhistas em curso contra o grupo.
- Os antigos administradores foram condenados pela prática do crime

de apropriação indébita de contribuições sociais, pois descontavam dos funcionários as contribuições devidas e não as repassavam aos cofres públicos. (TRF 1ª Região Processo nº 1999.35.00.0001046-0/GO)

- Descumprimento das obrigações comerciais/legais contidas na LRF - O grupo não cumpriu com suas obrigações comerciais perante fornecedores, bancos particulares e outros.
- Desrespeito às obrigações ambientais - Há uma ação na Vara Federal de Rondonópolis onde diretores da falida Usina Jaciara, são acusados da prática de crime contra o meio ambiente (Processo nº 2010.36.02.000720-4).

CAMPANHA CPT 40 ANOS

Pastoral da Terra lança Campanha CPT 40 anos em Mariana (MG)

Na noite de 1 de junho, a CPT lançou oficialmente a Campanha "CPT 40 anos" e sua publicação anual "Conflitos no Campo Brasil 2015", que traz como tema principal a tragédia do rompimento da barragem da Samarco em Mariana. A atividade antecedeu o início do Encontro Brasileiro dos Movimentos Populares em Diálogo com o Papa Francisco, que aconteceu de 2 a 4 de junho, também em Mariana (MG).

CRISTIANE PASSOS*

A Campanha CPT 40 anos irá celebrar os 40 anos de caminhada da Pastoral e, também, desenvolver ações voltadas à captação de recursos financeiros para garantir a continuidade de suas ações. Toda a sociedade pode contribuir com o trabalho e as lutas defendidas pela CPT através de doações, ou mesmo com a compra de materiais que estão sendo disponibilizados pela Pastoral em uma loja virtual no site www.cptnacional.org.br.

Thiago Valentim, da coordenação



nação nacional da CPT, abriu a mesa lendo os nomes das 19 pessoas mortas pela lama proveniente do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), no ano passado. "É na memória desses homens e mulheres que foram vítimas fatais nessa tragédia do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), que lançamos aqui hoje a publicação anual da CPT, Conflitos no Campo Brasil 2015", destacou Thiago.

Dom Geraldo Lyrio, bispo da arquidiocese de Mariana, saudou a todos, e lembrou a participação da Igreja nas discussões da questão da terra, como quando do lançamento do documento da CNBB "A Igreja e os problemas da terra", em 1980 e, em 2014, o lançamento de outro documento que atualizou as análises sobre esse tema, "A Igreja e a Questão Agrária no início do século XXI". "As decisões governamentais têm sido quase sempre tomadas para favorecer o latifúndio e o agronegócio. Se



por um lado houve avanço na afirmação de direitos, por outro lado sente-se que os conflitos aumentam", enfatizou Dom Geraldo.

"O lançamento da Campanha da CPT 40 anos no marco de seu aniversá-

rio e do relatório *Conflitos no Campo Brasil 2015* aqui hoje mostra a realidade dos conflitos acompanhados pela CPT. Infelizmente, nada indica que venha a diminuir a enorme violência praticada contra os que vivem essa dura realidade. A Igreja não pode recuar em sua presença pastoral em todos os recantos desse país, ela precisa estar atenta à realidade dos povos do campo, das águas e das florestas", disse o bispo. Sobre o desastre ocorrido em Mariana, o bispo lamentou os enormes prejuízos ambientais e, principalmente, as vidas e as famílias que foram destruídas pela lama da Samarco.

A CPT na formação de lutadores e lutadoras

Rosângela Piovezani, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), destacou a importância da CPT na sua formação como militante. "Fazer essa fala aqui me remete à minha história. Eu sou fruto dessa caminhada, de uma formação que a CPT fez. Gostaria de dizer que os movimentos de luta no campo, quase todos, quase todos mesmo, são frutos dos processos de formação da CPT. E os dirigentes que tiveram essa formação, seguem na luta até hoje, o que mostra que o trabalho da CPT é muito ético e de compromisso com quem ela forma e acompanha. O papel da CPT para mim sempre foi e sempre será a questão da missão, de acompanhar, de registrar as denúncias também. Os registros da CPT são registros para ficar na história, na memória, que o Estado nega e até mesmo é conivente com esses conflitos. Quero agradecer todo esse trabalho, quero agradecer à CPT por ter-se mantido fiel à sua missão".

Rômulo Campos, da FETAEMG, da mesma forma destacou o início de sua militância por intermédio dos processos

de formação promovidos pela CPT. "O que me fez ir para a FETAEMG, onde estou há 33 anos, foi a CPT. Eu estou aqui como se estivesse voltando para a minha casa. Tenho muito respeito mesmo pela CPT e pela luta dela. A maioria das pessoas que eu conheço, que defende o povo mais pobre, começou nas pastorais sociais, assim como eu".

Frei Olavo Dotto, das pastorais sociais da CNBB, levou aos participantes da atividade a saudação de Dom Guilherme Werlang, que preside a Comissão das Pastorais Sociais, na Conferência dos Bispos. "Nesses 40 anos de caminhada, de abrir o olhar para o futuro, a CPT sempre se mostrou atual, atenta à profecia a que ela se comprometeu a seguir. Eu espero que ela continue com essa presença, profética e solidária, a serviço, e que ela continue a denunciar essa face malvada do capitalismo. Celebrar esses 40 anos é celebrar essa ação de graças e de esperança na continuidade de seu trabalho de presença e denúncia".

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

Os conflitos que todos registram em seu dia a dia de luta

A pastora e assessora da CPT, Nancy Cardoso, analisou os dados compilados pela entidade. Para ela, todo e toda militante escreve seu próprio relatório de conflitos. Em suas agendas, cadernos de anotações, com as histórias que acompanham em seu cotidiano de lutas, neles estão os registros e os conflitos que encontramos no relatório da CPT.

"A publicação dos conflitos feita pela CPT é isso, é a junção de todos os dados que os agentes da CPT e os parceiros foram registrando ao longo dos anos. Nós temos uma grande tarefa diante de nós, esses grandes conflitos e o enfrentamento a eles, que estão cada vez mais claros à nossa frente, como foi essa tragédia de Mariana", destacou ela. "A gente faz um

esforço de juntar todas essas lutas, para que nenhuma delas caia no esquecimento. Esse é um ato de espiritualidade!", finalizou a pastora.

Maria do Carmo, coordenadora da CPT em Minas Gerais, destacou os conflitos que são mais recorrentes no estado. "Precisamos lembrar aqui que os conflitos envolvendo barragens não param por aqui nesse desastre de Mariana. 8% das estruturas de contenção de rejeitos não estão preparadas e nem seguras para o seu funcionamento. Os projetos são executados em detrimento da segurança das pessoas". Maria enfatizou que os conflitos por terra no estado atingem principalmente os quilombolas e a classe trabalhadora.

ARTIGO

Direita, volver!

ANTÔNIO CANUTO*

Dilma, num jogo de cartas marcadas, foi afastada da presidência em sessão do Senado no 11 de maio, numa longa sessão de mais de 20 horas.

Todo o processo de impedimento da presidenta pode ser rotulado de um diálogo de surdos. Deputados e senadores decidiram que Dilma devia ser afastada da presidência e para isso foram buscar argumentos, justificativas. Nunca deram ouvidos aos argumentos que evidenciavam não se imputar à presidenta qualquer crime de responsabilidade.

A CPT, diante deste quadro caótico, emitiu duas notas. Em 05 de abril, “A democracia não pode ser vilipendiada” e em 28 de abril, “O Senado vai assegurar o processo democrático?”.

Na primeira, “rechaça o processo em curso que, em várias frentes e sob aparatos de contorcida legalidade, visa impedir o mandato da presidenta Dilma Rousseff, desastroso, sim, mas democraticamente outorgado pela maioria dos eleitores brasileiros em 2014”. E alerta: “o desembarque do governo de quem sempre esteve no governo, como ratos fugindo de um navio a naufragar, deve servir de lição para alianças feitas simplesmente para garantir o poder, sem qualquer compromisso maior com o povo e seus direitos.”

Na segunda, emitida pela 29ª Assembleia Geral da CPT, “sustenta que o processo de impedimento é um atentado à ordem democrática” e prevê que o impedimento da presidenta “será um golpe fatal nos direitos duramente conquistados e inscritos na Constituição Federal, sobretudo pelos indígenas, quilombolas e as demais categorias de camponeses”.

O que se antevia está se concretizando

Michel Temer, empossado provisoriamente como presidente, tomou medidas, como se fosse uma posse definitiva. Formou um ministério só de homens, e todos brancos. Nenhuma



mulher, nenhum negro, ninguém alinhado às classes sociais desprotegidas. Extinguiu ministérios, fundiu outros, sobretudo os voltados para o campo social, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria dos Direitos Humanos, da Igualdade Racial e da Mulher, num processo em que está implícito o desmanche de direitos.

Sucederam-se medidas anunciadas e revogadas num curto espaço de tempo, como a extinção e a recriação do ministério da Cultura. A competência pela delimitação das terras quilombolas, dançou do Incra para o Ministério da Educação, deste para o da Cultura e acabou na Casa Civil.

Anunciou-se a revisão de decretos assinados pela presidenta Dilma que reconheceram terras indígenas e territórios quilombolas; a revogação do Decreto nº 8.750/2016, que instituiu o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Foi cancelado o contrato de construção de mais de onze mil casas do programa Minha Casa, Minha Vida. A modalidade “Entidades do Programa”, na

qual os futuros moradores gerenciam o projeto e a obra, construindo casas maiores e melhores, com os mesmos custos das construções feitas por empreiteiras, foi uma das medidas anunciadas e revogadas. E se anunciam reformas na previdência, com aumento da idade mínima para aposentadoria, desvinculação do salário mínimo, atingindo mais de 30 milhões de pessoas. Também já está clara a revisão do programa Bolsa Família. O ministro da Saúde acenou para o fim da universalidade do SUS.

O novo ministério que seria formado por notáveis, se notabilizou pelo envolvimento de boa parte dos ministros em esquemas de fraudes e de corrupção. Três em menos de um mês, tiveram que ser afastados.

Os ruralistas dão as cartas

Boa parte das medidas adotadas em relação às comunidades camponesas havia sido apresentada ao vice-presidente pela bancada ruralista, num documento que intitularam de pauta positiva para o biênio 2016/2017.

Entre as propostas apresentadas:

- a redução do tamanho do Estado, com menor número de órgãos públicos para tratar das questões do agronegócio;
- a reincorporação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA ao Ministério da Agricultura;
- a transferência de programas sociais do MDA e do extinto Ministério da Pesca para o Ministério do Desenvolvimento Social;
- a republicação da Portaria 303 da AGU que estendeu a todas as áreas indígenas as condicionantes do STF oriundas do caso Raposa Serra do Sol e o respeito ao marco temporal;
- a revisão das recentes demarcações de áreas indígenas/quilombolas, bem como de desapropriações para fins de reforma agrária;
- a revisão das funções do INCRA e do sistema de cadastramento das propriedades rurais;
- a aprovação de projetos que possibilitem aquisições de imóveis rurais por empresas brasileiras com maioria do capital estrangeiro;
- a votação imediata da PEC 215/2000 – que transfere para o Congresso Nacional a competência de reconhecimento das terras indígenas, hoje a cargo do Executivo.

O irônico é sua justificativa: pacificação dos conflitos no campo, estancando a insegurança jurídica, pois obrigará a Funai e o MPF a cumprir essas determinações.

Na área trabalhista a bancada propunha fazer ajustes e concluir a votação da lei sobre terceirização; adaptar a legislação trabalhista à realidade do campo; estabelecer diferenciação entre trabalho escravo, condições degradantes de trabalho e jornada exaustiva; e estabelecer limitações aos auditores do trabalho e às edições de Normas Reguladoras do Trabalho (NRs).

O presidente desta frente, deputado Marcos Monte (PSD-MG), havia sugerido ainda a Temer propor uma emenda constitucional que permita ao Exército ir às ruas para conter o que ele chama de excessos dos “movimentos sociais”.

Como disse o jornalista Bernardo Mello Franco em artigo publicado pela Folha de São Paulo no dia 13 de maio, “a posse de Michel Temer deve marcar a mais brusca guinada ideológica na Presidência da República desde que o general Castello Branco vestiu a faixa, em abril de 1964”.

*Secretário da coordenação nacional da CPT e Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

MEMÓRIA

30 anos do martírio de Padre Josimo

Em memória à luta de Josimo junto aos povos do campo, diversas atividades foram realizadas entre os dias 9 e 15 de maio no Norte do Tocantins.

ELVIS MARQUES E
RAFAEL OLIVEIRA*

“Tenho que assumir. Agora estou empenhado na luta pela causa dos pobres lavradores indefesos, povo oprimido nas garras dos latifúndios. Se eu me calar, quem os defenderá? Quem lutará a seu favor? Eu pelo menos nada tenho a perder. Não tenho mulher, filhos e nem riqueza sequer, ninguém chorará por mim. Só tenho pena de uma pessoa: de minha mãe, que só tem a mim e mais ninguém por ela. Pobre. Viúva. Mas vocês ficam aí e cuidarão dela”, afirmara Padre Josimo, que já imaginava o que lhe aconteceria por ter assumido a causa dos pobres.

Padre Josimo foi assassinado em 10 de maio de 1986 a mando de fazendeiros da região do Bico do Papagaio, extremo Norte do Tocantins. Um pistoleiro baleou Josimo pelas costas quando ele subia a escada do então escritório da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins (CPT), em Imperatriz, Maranhão. A luta que Josimo travava há décadas passadas continua atual. 30 anos depois, na véspera de seu martírio, 80 famílias que vivem no acampamento que leva seu nome, na região do Bico do Papagaio, tiveram todos seus bens e barracos destruídos pela Polícia Militar durante uma ação de reintegração de posse. “Mais uma vez vemos o latifúndio aliado ao poder Judiciário tramando contra o direito ao acesso à terra e com muita violência, mas nós resistiremos”, afirmou, ao site do MST, Antônio, um dos acampados.

É isso. Apesar de a violência no campo não cessar, Antônio, assim como inúmeras pessoas, reafirmam a resistência e a luta diante deste cenário.

Tocantins mobilizado

Intercalada com a Romaria, a cada dois anos acontece a Semana da Terra e das Águas Padre Josimo. Durante sete dias são organizadas diversas atividades na região de Araguaína e Bico do Papagaio, com o objetivo de fazer memória à vida de luta de Josimo. O regional Araguaia-Tocantins da CPT e a Diocese de Tocantinópolis são os principais organizadores da programação. Na edição deste ano, entre os dias 9 e 15 de maio, a agenda mobilizou estudantes secundaristas, universitários, movimentos sindicais, pastorais, dentre tantos outros atores da sociedade civil.



Foto: CPT - Araguaia/Tocantins

No campus de Araguaína da Universidade Federal do Tocantins (UFT), a CPT lançou o *Conflitos no Campo Brasil 2015*. Na Faculdade Católica Dom Oriene, também em Araguaína, foi apresentado o filme “Araguaia” - realizado pela Comissão Justiça e Paz da Família Dominicana do Brasil -, que relata histórias de ex-guerrilheiros e pessoas que testemu-

nharam a Guerrilha do Araguaia. “Nas duas ocasiões, o debate foi interessante por ter possibilitado fazer um gancho muito pertinente entre a realidade atual no campo e o contexto histórico da resistência camponesa”, avalia o agente da CPT, Evandro Rodrigues.

No fechamento da programação da Semana, cerca de 250 jovens do cam-

po e da cidade reuniram-se no II Acampamento da Juventude Romeira, nos dias 14 e 15, em Buriti do Tocantins (TO). O Bico do Papagaio, onde o mártir viveu grande parte de sua missão, foi o cenário inspirador para os jovens conhecerem mais sobre sua história.

Na presença de Dona Olinda, mãe do sacerdote, foi exibido o documentário “Josimo, o padre negro de sandálias surradas”, produzido pelo Instituto Cultural Padre Josimo. Para o estudante Thiago Borges, um dos jovens que participou do acampamento, Josimo tornou-se um modo de viver: “São muitos os Josimos de hoje, aqueles que continuam a levar a sua coragem e fé aos que infelizmente ainda sofrem injustiças”, afirma.

A missão de Josimo, agora, é a nossa! Continua atual a pergunta angustiada deste menino negro, que, na mesma idade de seu mestre, o mártir Jesus, como ele profeta assassinado, morreu por seu povo: “Se eu me calar, quem os defenderá? Quem lutará em seu favor?”

Josimo, uma bandeira que tremula

Dez de maio de 1986. Dom Alcimar, que estava em Imperatriz, confirmou que padre Josimo havia sido baleado e acrescentou ser grave a situação. Minutos depois a notícia: Josimo vivia sua Páscoa. Dez dias antes, com cinco bispos, tivemos uma audiência com o presidente Sarney, que garantiu que ele teria proteção. Não teve. E Sarney continuava indiferente aos processos de desapropriação que aguardavam sua assinatura no palácio. Tempos obscuros. Caiado, presidente da União Democrática Ruralista, destilou veneno: “Quem planta vento, colhe tempestade”. Josimo plantava esperanças, ventos de renovação, lançava luzes pelo Bico do Papagaio. Voz serena, violão, bíblia, sabedoria sertaneja e teológica unidas, sandália de dedo. E era negro. Caiado semeava medo e morte. Peguei o carro e, com outros da equipe, fomos para Tocantinópolis onde seria o enterro. No transcorrer da noite os caminhões com camponeses chegavam. As lágrimas corriam soltas. Na missa de corpo presente, a emoção nos tomou. Josimo tinha feito uma profecia errada: disse que ninguém choraria por ele.

*Padre Ricardo Rezende foi agente da CPT Araguaia-Tocantins. É professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e conviveu com Josimo.

Josimo, uma referência da humanidade (1986-2016)

Depois de trinta anos do seu covarde assassinato, Josimo continua muito vivo na lembrança e no espírito das pessoas. O mesmo que se disse de Jesus vale para ele: a explicação de sua morte está em sua vida. Na intensidade com que viveu sua vida e fez suas escolhas, na simplicidade radical com que praticou sua fé. Josimo não era simplesmente um clérigo, mas um pastor. Por isso identificou-se profundamente com o povo pobre do sertão, assumiu seus sofrimentos, aprendeu de sua sabedoria e encarnou sua rebeldia. Esse povo do qual ele mesmo era a cara, a alma e a voz. Voz de violão e cantor, de poeta e de profeta. Mas Josimo foi

mais do que o líder popular amado pelas comunidades, mais até do que o herói que morreu lutando por Justiça. Considero que sob todos os pontos de vista sua vida se tornou uma referência de humanidade, uma luz de orientação, um sacramento de Deus para nós. Por isso o povo o considera santo: aquele que não morre, aquele que para além da própria vida continua inspirando, fortalecendo e animando a vida dos outros.

*Alberto da Silva Moreira foi agente da CPT Araguaia-Tocantins e conviveu com Josimo. É professor da PUC-GO.

Minha militância está ligada a Josimo

Josimo foi um marco da minha entrada na militância. Já conhecera os movimentos populares da igreja, a teologia da libertação e na missa de um mês de sua passagem, vi pela primeira vez o povo indígena Tapeba. Ali disse à minha mãe que iria trabalhar com tudo isso. Logo em seguida foi o movimento negro, o partido, o grupo de estudo, depois as rupturas

e a certeza de que a grande escola política é o movimento social e os saberes dos grupos e povos subalternizados.

*Alex Ratts é professor no Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA) e do programa de pós-graduação em Antropologia Social da UFG.

Conflitos no Campo Brasil 2015 é lançado

A publicação anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conflitos no Campo Brasil 2015, foi lançada no Estádio Mané Garrincha, em Brasília e, também, em Marabá, no Pará, durante a Conferência Internacional de Reforma Agrária.

Em Brasília o lançamento ocorreu em uma grande plenária de formação, com a participação de aproximadamente 1.500 pessoas. Participaram da mesa João Pedro Stedile, da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Iuri, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e que atua em Altamira (PA), e um representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP). Pela CPT, estavam na mesa Dom Enemésio Lazzaris, presidente da CPT e bispo de Balsas (MA), Antônio Canuto, secretário da coordenação nacional da CPT, e o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, da Universidade de São Paulo (USP).

Stedile fez uma análise da conjuntura nacional, às vésperas da votação na Câmara dos Deputados do processo de impedimento da presidenta Dilma. Ele criticou, na ocasião, as articulações políticas na busca pelo poder a todo custo, como o réu e presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB). O líder do MST disse ainda que independente da decisão que a Câmara fosse tomar naqueles dias, se mostrava necessária e urgente a articulação da população da cidade e do campo em torno de um projeto político popular.

Dom Enemésio saudou, entusiasticamente, os/as participantes do Acampamento falando do compromisso da CPT em defesa da democracia. Antônio Canuto fez uma rápida apresentação dos dados de conflitos no campo e de violências que ocorreram em 2015. Ele destacou ainda os assassinatos que já aconteceram em 2016, momento em que repassou informações recentes sobre a gravidade dos conflitos no município de Cujubim, em Rondônia, onde testemunhas de assassinatos, familiares das vítimas e jornalistas têm sofrido tentativas de assassinato. Antônio Canuto, com a publicação em mãos, mostrou aos participantes que, pela primeira vez, a CPT



Foto: Elvis Marques - CPT Nacional

traz um quadro dos projetos que tramitam no Congresso Nacional que visam a desconstrução dos direitos dos povos.

Em seguida, o professor Ario-

valdo analisou os dados da CPT. Destacou que, após o fim da ditadura militar, em três períodos houve aumento da violência e dos assassinatos no campo, em 1987 e 1988, quando as forças democráticas conquistaram algumas vitórias, o que provocou que a UDR desencadeasse um forte processo de violência, e em 2002 e 2003, quando se conseguiu

eleger um presidente que nos discursos mostrava um compromisso com a Reforma Agrária, apoiando, inclusive, a construção do II Plano de Reforma

Agrária, e agora com a fragilização do governo Dilma, que, apesar de não atender os clamores dos movimentos populares, a todo custo a elite quer alijá-la do poder. “As elites estão interessadas na retirada de direitos e ao mesmo tempo em mostrar aos trabalhadores, indígenas, quilombolas, que têm uma arma, a violência. Observamos isso no recorde de assassinatos em 2015”, afirmou. Um grupo de indígenas Xacriabá, do Norte de Minas Gerais, também participou do ato, acompanhado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

“Esse lançamento me fez lembrar as palavras do Papa sobre a igreja em saída. Pois neste evento estivemos reunidos com o povo do campo, os movimentos, organizações, indígenas. Estivemos, nesse acampamento, reunidos com o povo”, analisou, ao fim do evento, Dom Enemésio.

Camponeses de 23 países discutem dados da CPT de conflitos no campo

Reunidos em Marabá (PA) durante a Conferência Internacional da Reforma Agrária, militantes de várias partes do mundo puderam debater na tarde do dia 15 de abril, os dados dos conflitos no campo no Brasil em 2015. Nancy Cardoso, pastora metodista e assessora da CPT, iniciou o lançamento do *Conflitos no Campo Brasil 2015* com a seguinte pergunta “como um fogão vai parar no teto de uma casa?”, referindo-se à foto que estampa a capa da publicação, tirada no distrito de Bento Rodrigues, Minas Gerais, em novembro de 2015, após o rompimento da barragem de detritos da Samarco, a barragem do Fundão. Impactados pela imagem, os participantes da Conferência passaram, então, a entender a conjuntura dos conflitos no campo no país, e a ação da CPT em registrá-los.

“Os números às vezes confundem a cabeça da gente, por isso a publicação é acompanhada de textos analíticos”, afirmou o advogado da CPT em Marabá, José

Batista Afonso. Os conflitos, segundo ele, estão presentes em todo o País e decorrem de causas estruturais relacionadas à expansão do capital no campo e ao aumento da concentração da terra. “A aceleração do processo de concentração da terra significa mais gente com pouca ou sem terra e menos gente com muita, mas muita terra mesmo”.

“Não são apenas crimes só contra a pessoa, mas também praticados contra o meio ambiente onde a impunidade predomina, como exemplo o desastre de Mariana, ou o desmatamento na Amazônia. Mas contra a pessoa é mais grave ainda no estado do Pará, onde o número de violências praticadas contra os camponeses é maior do que em qualquer outro estado da Federação. Desde que a CPT começou

a fazer os registros, 1/3 ocorreu no Pará. A cada três assassinados, um foi aqui no Pará”, analisou Batista.

No levantamento de “Assassinatos e Julgamentos”, que a CPT faz paralelamente ao relatório, há 846 assassinatos desde 1985 até 2014, e em apenas 293 houve algum tipo de investigação: “em



Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

MPO BRASIL 2015

o simultaneamente em Brasília e no Pará

CRISTIANE PASSOS E ELVIS MARQUES*

no dia 15 de abril, em ato no Acampamento Nacional pela Democracia e Contra o Golpe, em frente ao
Internacional da Reforma Agrária, que reuniu 170 militantes, camponeses e indígenas de 23 países.

Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional



65% das mortes no Pará, sequer houve investigação das responsabilidades, nem sequer um inquérito policial”, explicou Batista. Somados os 19 assassinatos no ano passado, nos últimos 30 anos, 861 camponeses e camponesas foram mortos e mortas no Pará. Essa impunidade é a prova, segundo o advogado, de que a atuação do Poder Judiciário tem sido insuficiente para combater o problema da impunidade. “O pistoleiro que pegou uma morte de encomenda e recebeu dinheiro para assassinar o camponês e não é punido, e ele vai estar no outro dia à procura de uma nova encomenda: é o assalariado da morte. Da mesma forma o mandante vai resolver o problema do conflito na base sempre da bala, porque tem a certeza de que a lei não o vai atingir.”

O avanço violento do capital ocorre junto do que Paulo César dos Santos, da coordenação executiva nacional da CPT, chama de “violência institucional” e “violência legislativa”: “há ao menos 26 projetos de lei ou emendas constitucionais que querem diminuir ou acabar com os direitos conquistados no campo”. “Os projetos estão em voga no Congresso mais conservador da história. O território amazônico, as comunidades tradicionais e os posseiros que migraram para cá estão sofrendo uma violência enorme”, explicou Santos.

Debate

Os militantes presentes na Conferência reagiram à apresentação dos dados da CPT, a partir da realidade que vivenciam em seus países. Para representantes da África e da Venezuela, foi

difícil compreender como um organismo ligado à Igreja Católica tem atuação incisiva na luta dos povos do campo, por tantos anos. Outros questionaram como é possível fazer um trabalho tão amplo em um país territorialmente tão grande.

Os representantes da CPT explicaram que os dados são coletados, primeiramente, pelos agentes de pastorais que estão espalhados em todos os estados. “Também temos a ajuda de entidades e movimentos sociais e, por último, fazemos muitas pesquisas em sites e diversos meios de comunicação”, destacou Paulo César. Quanto à relação com a Igreja, o coordenador da CPT explicou que “aqui no Brasil também não é simples e nem fácil, existe uma onda conservadora muito forte e muita gente do clero e bispos não apoiam esse nosso trabalho. Acreditamos que somos uma Pastoral de fronteira, ou seja, estamos em lugares limites, de conflitos e, também, estamos em lugares onde a própria igreja, às vezes, não quer estar”.

Mulheres da Argentina e do Peru pediram mais informações sobre as mulheres nesses conflitos, afetadas, segundo elas, diretamente. Questionaram como registrar a violência contra as mulheres, para além das categorias já trabalhadas pela CPT, mas nas outras formas de violência sofridas, como as situações em que mulheres foram levadas para o âmbito das grandes obras e todo o esquema de exploração do trabalho doméstico e sexual. Além disso, denunciaram a utilização do agrotóxico como arma para expulsão de diversas comunidades, ao envenenarem a água e o solo, bem como os impactos sobre as comunidades da expansão da mineração em vários países da América Latina. Elementos que, segundo os representantes da CPT, vão fazer parte das discussões constantes que a Pastoral promove, para aprimorar e adequar a metodologia da coleta de dados dos conflitos no campo à realidade que vivenciamos.

Ato na Curva do S faz memória dos 20 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás

Após ler os nomes dos 19 sem terras mortos no dia 17 de abril de 1996, na curva do S, em Eldorado dos Carajás, Pará, a juventude, reunida durante uma semana no Acampamento da Juventude Oziel Alves, uma das vítimas do Massacre, reproduziu no meio da PA 150, o ataque dos policiais contra o grupo de sem terra naquele dia. O ato comoveu as centenas de pessoas presentes, mas em especial, os sobreviventes do Massacre. Os gritos de horror, medo e dor dos jovens lembraram o que os sem terra passaram naquele 17 de abril de 1996. Há 11 anos a juventude dos movimentos sociais realiza o Acampamento da Juventude Oziel Alves, na curva do S, para fazer memória

do massacre, na semana do 17 de abril. Esse ano, contudo, por serem os 20 anos do massacre, o acampamento foi maior, e contou com a participação de jovens de várias partes do país.

Um teatro de bonecos encenou o julgamento dos responsáveis pelo massacre, policiais e fazendeiro, retratando a inoperância da justiça nesses casos e a permanente impunidade em crimes em que as vítimas são os povos do campo. Um Ato Ecumênico também foi realizado no local, com a presença do bispo local e de pastores e pastoras de Igrejas Evangélicas. Paulo César, da coordenação executiva nacional da CPT, destacou que “a onda de assassinatos e ameaças de morte que se perpetuam no Pará e

que está se agravando, cada vez mais, na Amazônia principalmente, nos assusta pelo preço que as comunidades do campo e da cidade estão pagando pelo dito ‘desenvolvimento’, que diz gerar riquezas através da exploração de mineradoras, hidrelétricas, agronegócio e etc, mas segue seu caminho sob o sangue e o sacrifício de milhares de famílias expulsas ou perseguidas até a morte, concentrando cada vez mais terra e renda. Buscando ser fiel aos 19 companheiros e companheiras assassinados no dia 17 de abril de 1996, na Curva do S, Pará, buscamos força nas palavras de Pedro Casaldáliga: ‘que a memória dos Mártires não nos deixe dormir em paz’”.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

XXIX ASSEMBLEIA GERAL DA CPT

Em plena crise política a CPT realiza sua 29ª Assembleia

ANTÔNIO CANUTO*

No auge da crise política brasileira, realizou-se a 29ª Assembleia Geral da CPT, na Chácara Vicente Cañas, em Luziânia, de 26 a 29 de abril. A crise brasileira foi analisada no contexto da Conjuntura latino-americana, análise feita pelo conhecido sociólogo François Houtart. Entre diversos pontos de pauta, a discussão e encaminhamento de um Projeto Estratégico para a CPT, foi o principal.

Assassinatos de camponeses e crise política se misturaram

A 29ª Assembleia aconteceu uma semana depois de a Câmara dos Deputados ter aprovado por mais de dois terços dos votos a abertura de processo de impedimento da Presidenta Dilma. Diante disso foi aprovada Nota Pública “O Senado vai assegurar o processo democrático?”.

Nela a CPT “sustenta que o processo de impedimento é um atentado à ordem democrática”. E prevê que “será um golpe fatal nos direitos duramente conquistados e inscritos na Constituição Federal, sobretudo pelos indígenas, quilombolas e as demais categorias de camponeses”. Por isso apela aos senadores e senadoras “para que os direitos dos mais frágeis de nosso País sejam resguardados, garantidos, para não sermos taxados como uma ‘república de bananas”.

A Assembleia foi interrompida mais de uma vez com notícias de agressões e violências contra comunidades camponesas e com o assassinato de indígenas e camponeses. 10 assassinatos somente no mês de abril, sendo três de índios Guajajara, no Maranhão. Ao todo 22 pessoas assassinadas em conflitos no campo nos quatro primeiros meses do ano.

Governos pós-neoliberais, não pós-capitalistas

A Assembleia teve o privilégio de ouvir François Houtart, 91 anos, conhecido sociólogo belga, com atuação relevante na América Latina. Hoje vive no Equador. Com vitalidade e clareza impressionantes tratou da conjuntura latino-americana.



Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

Houtart ao analisar a crise na América Latina centrou-se nos países ditos progressistas, que combateram o neoliberalismo – Brasil, Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina. O neoliberalismo é o sistema que coloca o Estado a serviço do capital. Os países progressistas foram pós-neoliberais, mas não pós-capitalistas. Não atacaram a raiz do capitalismo. As políticas pós-neoliberais adotadas nestes países foram únicas no mundo, mas não se transformaram em políticas pós-capitalistas. Trabalharam para a redistribuição da renda, na melhora das condições de saúde e educação, mas com políticas assistencialistas. (Veja entrevista na página 11)

Ausências presentes

A memória de Dom José Moreira (segundo aniversário da sua morte em 26/04), de Dom Tomás Balduino (segundo aniversário da sua morte em 02/05) e do Pe. Josimo Moraes Tavares (30 anos do seu martírio, em 10/05), acompanharam a Assembleia. A Carta Final registra: “A memória dos lutadores do povo e de nossos mártires, bem como a força inspiradora do Espírito de Deus, nos animam a levar adiante nossa missão profética”.

O Deus da vida que interpela, inspira, ilumina e compromete

A Assembleia aprovou mensagem ao povo e às comunidades na qual declara

que *O Deus da vida que nos interpela, inspira, ilumina e compromete.*

Diz a mensagem que o Deus da vida nos interpela a partir do clamor dos pobres. Clamor provocado pelo “avanço do capitalismo neoliberal no campo que se apropria das terras e territórios” e que gera “violência crescente que ameaça e assassina”. Clamor que nasce do “silêncio e convivência da mídia e do judiciário” e dos projetos no legislativo, que promovem “perdas de direitos e tornam os dias mais difíceis para os povos da terra e das cidades”. Isso leva os jovens camponeses a deixarem o campo e “violenta as mulheres em seus direitos e desejos”.

Mas, o Deus da vida nos inspira e ilumina a continuar acreditando na “Alegría do Evangelho”, da Boa Nova de Jesus de Nazaré, a lutar pelos princípios do Bem Comum, respeitando a Casa Comum, e a continuar assumindo a missão e o serviço da CPT como uma prioridade em nossas vidas.

Esse Deus da vida nos compromete a...

a) Sermos ousados/as em nosso modo agir, conviver e construir relações e processos de igualdade e democracia;

b) Assumirmos nossa profecia na denúncia de toda negação dos direitos dos camponeses e camponesas, e de outros trabalhadores e trabalhadoras, bem como de toda violência e atentados contra a vida humana e a natureza;

c) Estimularmos todas as inicia-

tivas que geram vida digna comunitária, associativa e cooperativa na geração de trabalho digno, emprego e renda;

d) Mantermo-nos articulados com organizações que estejam a serviço do protagonismo das comunidades.

Plano Estratégico

A Assembleia se debruçou sobre o Plano Estratégico que a CPT está construindo já de algum tempo. Este plano objetiva:

1. a reafirmação da sua pastoralidade e espiritualidade ecumênica e macroecumênica;

2. o fortalecimento das comunidades acompanhadas, promovendo o seu protagonismo e apoiando suas iniciativas e organizações;

3. a manutenção de uma postura firme de discernimento frente ao Estado, denunciando as ações que privilegiam o capital, em detrimento dos direitos das comunidades camponesas;

4. a potencialização de iniciativas sobre as relações sociais de poder e gênero, de valorização e libertação da mulher camponesa, contra a exploração, violência, discriminação e dominação;

5. o acompanhamento e fortalecimento de iniciativas da juventude camponesa, garantindo a reprodução do campesinato;

6. a adequação da estrutura organizativa da CPT aos desafios da nova realidade social, dos seus agentes e das dificuldades financeiras;

7. a ampliação e diversificação das fontes de recursos, a fim de garantir a sustentabilidade financeira da CPT;

8. o desenvolvimento de processos de formação que contribuam no fortalecimento da CPT e das comunidades, que ajude a compreender o avanço do capital no campo e suas conseqüências.

Também fazem parte do plano, estratégias para a Comunicação e para a manutenção e fortalecimento do setor de Documentação Nacional.

*Secretário da coordenação nacional da CPT e Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

ENTREVISTA COM FRANÇOIS HOUTART

A crise por que passa o mundo é a crise do capitalismo

Padre François Houtart, 91 anos, nascido na Bélgica, *sociólogo conhecido internacionalmente, com publicações em diversos idiomas, depois de fazer uma análise da conjuntura latino-americana e eclesial para os participantes da 29ª Assembleia da CPT*, concedeu a Ruben Siqueira, membro da coordenação executiva nacional, entrevista para o Pastoral da Terra.

Sobre sua participação na Assembleia da CPT disse: “Para mim foi de um interesse enorme estar aqui, porque desde muito tempo admiro o trabalho da CPT”.

PASTORAL DA TERRA - No atual momento conjuntural da América Latina o que lhe parece estar acontecendo?

HOUTART - Primeiro é o aspecto da crise. É a crise do capitalismo, não somente uma crise financeira, econômica, mas também climática, energética. É uma crise muito profunda, do sistema. Não uma crise dentro do capitalismo, mas uma crise do capitalismo. Isso afeta evidentemente a América Latina, especialmente nos últimos dois, três anos, pela diminuição dos preços das matérias primas, petróleo, minérios.

Isto afeta diretamente os governos progressistas que tiveram iniciativas muito interessantes de tipo pós-neoliberal. Eles trataram de restabelecer o papel do Estado no sentido de repartir riqueza e reorganizar os serviços públicos comuns, como educação, saúde, investimentos. Estes governos progressistas latino-americanos tiveram muitos recursos por 10, 15 anos, pelos preços altos das matérias primas. Recursos que geralmente

foram utilizados para promover políticas de tipo social, mas em grande parte políticas de tipo assistencialista, mais do que reformadoras de estruturas. Isso talvez tenha acontecido um pouco na Venezuela, uma real reforma. Esses governos progressistas foram pós-neoliberais, mas não pós-capitalistas.

Mas agora que o sistema está em crise, a força do sistema mundial evidentemente influi sobre a situação latino-americana, e a tentação dos líderes políticos dos governos progressistas é de voltar ao mercado para tratar de salvar-se da crise. Isso acontece em diversos países, como no Brasil com a presidenta Dilma. Também acontece no Equador onde o presidente fala agora de um capitalismo moderno. Todos tratam de resolver os problemas da crise com medidas de retorno ao neoliberalismo, com medidas que favorecem o mercado para reativar a economia. Por isso concluo que estes governos progressistas foram experiências anti ou pós-neoliberais, mas não anticapitalistas. Daí todas as consequências do capitalismo que se chama moderno, ou de qualquer outro nome que se lhe dê. *Assim temos os efeitos ecológicos sobre o meio ambiente, e sociais em particular sobre o mundo camponês e os indígenas.* As consequências estão aí porque o capitalismo tem sempre como fim o lucro, a acumulação, como seu papel para o desenvolvimento econômico de uma nação, ou melhor, para os privilegiados de uma nação.

Este recuo de governos progressistas assumindo políticas neoliberais gerou conflitos com indígenas



Foto: Ruben Siqueira - CPT Bahia

e camponeses em diversas instâncias. Estes conflitos se dão justamente pela não abolição do sistema capitalista. Evidentemente este sistema não pode ser cortado de um dia para outro. O capitalismo não acaba amanhã, decretando sua própria morte. Vai ser o resultado de longas lutas sociais, lutas de classes sociais. Por isso essa situação acabou criando conflitos, em particular no campo político.

Para o futuro eu penso que os movimentos sociais, a igreja, como um grupo e instituição, têm que tratar de redefinir metas sociais, porque é claro que o modelo pós-neoliberal não basta. Redefinir metas para a reconstrução da sociedade, que acabe com as desigualdades, que têm sido atacadas de modo não muito eficiente. Depois tem que se propor iniciativas que possam construir a transição para esta meta nova, para este paradigma novo, pós-capitalista, que se pode chamar de socialismo do século XXI, Sumak Kawsay, ou Bem Viver. Não importa o nome, o que importa é o conteúdo. O que importa é transformar um paradigma de vida coletiva humana na terra, de um paradigma de morte que é o capitalismo que destrói o planeta, destrói milhões de vidas humanas, em um paradigma de vida, do bem comum da humanidade, evidentemente da terra.

É essa redefinição, não só no campo intelectual, mas como uma experiência dos movimentos de massa, e especialmente do ponto de vista cristão, profético. Como traduzir isso

dentro dos valores do Reino, anunciados por Jesus? O que significa a mensagem de Jesus para a sociedade e para nós nessa sociedade?

Penso que o Cimi e a CPT estão muito bem posicionados para fazer este trabalho, por seus contatos com as bases, por sua experiência e por sua competência em assessorar e finalmente por sua própria história. A CPT por isso tem uma grande responsabilidade nesse sentido e uma capacidade de redefinir o papel profético da Igreja.

PASTORAL DA TERRA - O processo de impedimento de Dilma é um golpe?

HOUTART - Penso que sim. É um golpe no sentido que é uma ação que não tem muita base jurídica. É uma ação essencialmente política. Neste sentido me parece muito contraditório com a democracia. Pois apesar de ser um parlamento eleito pelo povo, conhecemos o que significa isso em outros países, mas especificamente no Brasil. Grupos de interesse, como os ruralistas, por exemplo, tem um poder enorme. São uma minoria no país, mas tem um peso no Congresso, muito maior que sua realidade. Por isso é possível ter muitos votos a favor do impedimento da presidenta. E no senado vai ser mais fácil ainda.

Neste sentido se pode dizer, sim, que é um golpe. Mas que faz parte de um golpe muito maior, histórico, da hegemonia das classes poderosas sobre a política do país. Isso não é nada novo.

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Explode número de assassinatos no campo

ANTÔNIO CANUTO E ELVIS MARQUES*

Foto: Joka Madruga

Desde o ano passado, com a crise política agravada na tentativa de afastar a presidenta eleita, os números de assassinatos explodiram no Brasil. Foram 50 assassinatos, número 39% maior que em 2014, quando foram registrados 36. Número maior que este só em 2003, quando houve o registro de 73 assassinatos.

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
As	39	38	39	28	28	26	34	29	36	34	36	50

Estes assassinatos se concentraram na região Norte: 20 em Rondônia, 19 no Pará, 1 no Amazonas. Ao todo 40 mortes violentas na região. As demais foram 8 no Nordeste, e 2 no Centro-Oeste.

No primeiro semestre de 2016, com o agravamento da situação política, que chegou ao afastamento da presidenta Dilma, parece ter sido dada carta branca aos ruralistas. Neste período (dados ainda parciais) já estão computados 33 assassinatos. 38% a mais que no primeiro semestre de 2015, quando foram assassinadas 24 pessoas.

O que chama a atenção neste ano, é que os assassinatos estão se expandindo para todo o Brasil. Foram 13 mortes no Nordeste, 15 no Norte, 3 no Sul, 1 no Sudeste e 1 no Centro-Oeste.

Rondônia continua liderando o ranking de assassinatos, com 11 mortes.

O Pastoral da Terra, na edição passada publicou uma ampla reportagem sobre a violência na Rondônia. Violência que parece não ter fim. Em janeiro foram registrados 5 assassinatos no campo, no estado, em abril outros dois e em maio mais quatro no contexto destes conflitos.

Seis dos 33 assassinatos são de indígenas – 4 no Maranhão, 1 no Mato Grosso do Sul e 1 no Rio Grande do Sul – e 3 de quilombolas – 1 no Maranhão e 2 na Bahia.

Assassinatos no Campo – 1º semestre 2016

Alagoas	1
Amazonas	2
Bahia	3
Maranhão	7
Mato Grosso do Sul	1
Pará	2
Paraíba	1
Paraná	2
Pernambuco	1
Rio de Janeiro	1
Rio Grande do Sul	1
Rondônia	11
Total	33

Criminalização

O primeiro semestre deste ano também se destacou pelo crescimento da criminalização dos movimentos sociais. Em Goiás, o MST foi enquadrado na lei 12.850/2013 que define as organizações criminosas. Três lideranças do movimento estão presas, outras duas contra as quais há ordem de prisão se exilaram. (Ver matéria à página 4)

Vivemos momentos similares à época da Ditadura. Os presos, com muita propriedade, são presos políticos. Estão presos por se atreverem a enfrentar o poder dos ruralistas que detém o poder no estado.

Foto: Sputnik Brasil



Nicinha

No dia 21 de junho, após cinco meses do desaparecimento de Nilce de Souza Magalhães, conhecida como Nicinha, seu corpo foi encontrado num lago da Usina Hidrelétrica de Jirau, em Porto Velho, Rondônia. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) informou que o corpo – encontrado por trabalhadores da usina – estava com as mãos e pés amarrados e preso a uma pedra.

Militante do MAB e pescadora, Nicinha morava no acampamento conhecido como “Velha Mutum Paraná”, onde também residiam diversos outros atingidos pela hidrelétrica. Ela foi levada à força de sua casa no dia 7 de janeiro, data em que possivelmente foi

assassinada. Em abril, Edione Pessoa da Silva, 26 anos, suspeito do assassinato da militante, fugiu da Penitenciária Estadual. Ele era o único dos três réus apontados pelo inquérito da Polícia Civil que estava preso.

Nicinha era conhecida pela luta no MAB em defesa das populações atingidas, denunciando as violações de direitos humanos cometidas pelo consórcio responsável pela Usina de Jirau. Filha de seringueiros, a liderança vivia na região há mais de cinquenta anos, até ser atingida pelo empreendimento.

O conflito inúmeras vezes denunciado por Nilce está retratado no documentário do MAB “Jirau e Santo Antônio: relatos de uma guerra amazônica”.

Mortes no Paraná

Em pleno Abril Vermelho, no contexto dos 20 Anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, os trabalhadores sem terra Vilmar Bordim, 44 anos, e Leomar Bhorback, 25 anos, foram mortos e várias pessoas ficaram feridas. O conflito ocorreu na tarde do dia 7 de abril no Acampamento Dom Tomás Balduino, no município de Quedas do Iguaçu, Paraná. “[As famílias] foram vítimas de uma emboscada realizada pela Polícia Militar do estado e por seguranças contratados pela empresa. O acampamento, cuja ocupação teve início em maio de 2015, possui aproxima-

damente 1,5 mil famílias”, denunciou Nota do MST.

Conforme o movimento, o acampamento, localizado no imóvel Rio das Cobras, foi grilado pela empresa Araupel. A partir disso, a Justiça Federal declarou que as terras são da União e que deveriam ser destinadas para a reforma agrária. Outro fato denunciado pelo MST é que, após a emboscada, o local foi isolado pela polícia militar, impedindo a aproximação de familiares das vítimas, advogados e imprensa. “Tal atitude permitiu a polícia destruir provas que podem esclarecer o grave fato”, ressaltou o MST.



MÉXICO

Cinco professores e um jornalista morrem após forte repressão em Oaxaca, no México

Forças policiais atacam manifestantes, em greve desde o último dia 15 de maio, contra reformas propostas por Peña Nieto. Os professores integram a Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE) do México e iniciaram uma greve geral para dizer não à reforma educacional proposta pelo governo, que prevê cortes nos direitos trabalhistas. Segundo Graciela Rangel Santiago, responsável de relações exteriores da CNTE, a luta dos docentes é contra uma reforma que “não tem nada de educativa”. A greve dos professores atinge 28 dos 32 estados mexica-

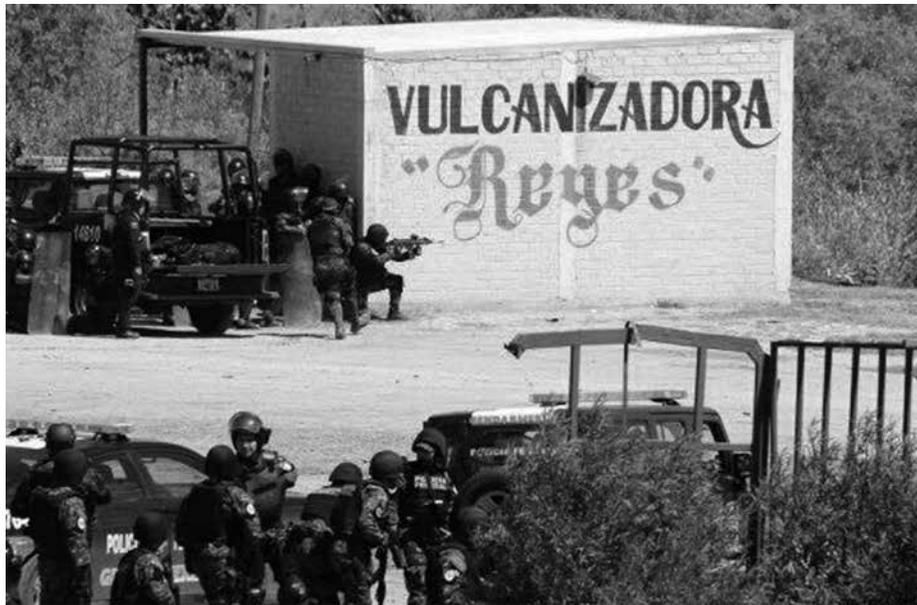


Foto: Brasil de Fato

nos, mas se concentra nos estados do sul, em Chiapas, Oaxaca e Michoacan. No dia 19 de junho, forças da polícia estadual de Oaxaca e a polícia federal mexicana se dirigiram à Asunción Nochixtlán, município próximo à capital oaxaqueña, para despejar os professores que bloqueavam a estrada Oaxaca-México como forma de protesto. De acordo com o jornal La Jornada, a operação repressiva deixou como saldo 6 mortos, mais de 90 feridos e 21 detidos. A ação policial, que contou com armas de fogo, bombas de gás lacrimogênio, helicópteros e centenas de agentes, fez da

estrada um campo de batalha. Os manifestantes resistiram, com o apoio de pais, alunos e pessoas contrárias à reforma, que ajudaram a construir barricadas para evitar a aproximação dos policiais.

A CNTE informou que cinco dos mortos eram professores (Andrés Aguilar, de 29 anos; Yalid Jiménez, de 22; Óscar Santiago, de 22; Jesús Cadena, de 19 e Anselmo Cruz, sem idade divulgada). O outro morto durante o ataque foi o repórter local Elpidio Ramos, que fazia a cobertura do confronto para o jornal regional El Sur.

HONDURAS

Berta Cáceres era alvo de Exército hondurenho, diz ex-militar ao 'The Guardian'

Primeiro-sargento de força de elite de Honduras diz estar ‘100% seguro’ de que a ativista foi morta por unidades militares. Segundo o militar, a ativista e líder indígena hondurenha Berta Cáceres figurava em uma lista distribuída a

soldados das forças de elite de Honduras treinadas pelos Estados Unidos meses antes de sua morte. A matéria com o depoimento do oficial foi publicada no The Guardian no dia 21 de junho. Segundo informações passadas à publicação britânica pelo primeiro-sargento hondurenho de nome fictício Rodrigo Cruz, o nome de Cáceres aparecia em uma lista entregue a agentes de duas unidades de elite do Exército de Honduras, que deveriam ser responsáveis por eliminar os “alvos”. A ativista liderava uma campanha contra a hidrelétrica Agua Zarca e foi assassinada por homens não identificados em sua casa na madrugada de 3 de março deste ano em La Esperanza, no oeste de Honduras. O primeiro-sargento, atualmente escondido em um país vizinho, servia à unida-

de Xatruch quando teve conhecimento das listas. O grupo, que atuava na costa do Caribe no combate a narcóticos e operações contra gangues, recebia treinamento de militares norteamericanos, colombianos e de outras nacionalidades.

Ele disse ao The Guardian que, após uma partida de futebol em meados de dezembro, o tenente responsável pela Xatruch convocou os soldados e mostrou a eles várias folhas de papel com nomes, fotografias, endereços e telefones de cada uma das pessoas presentes na lista. Havia um documento para sua unidade e o outro para a Fusina (Força de Segurança Interinstitucional), que atuava em todo o território hondurenho. Na lista estava Juan Galindo que, apesar de ter deixado a região após ameaças, foi assassinado em novembro de 2014 durante visita a sua mãe. Além dele, havia Johnny Rivas e Vitalino Álvarez, do Muca (Movimento Camponês Unido), para os quais a Comissão Interamericana de Direitos Humanos já pediu proteção.



COLÔMBIA

Assinado acordo bilateral de cessar fogo entre o Governo da Colômbia e as FARC

No dia 23 de junho foi assinado em Havana, Cuba, um “acordo de cessar-fogo bilateral e definitivo” entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Segundo pessoas envolvidas, o acordo estabelece um cronograma para o assentamento de guerrilheiros em locais determinados e o desarmamento com a supervisão das Nações Unidas. Há 11 meses, as Farc mantêm um cessar-fogo unilateral, e o governo suspendeu bombardeios a campos rebeldes. O conflito se arrastava desde 1964, deixou mais de 220 mil mortos e desalojou milhares de camponeses no país.

EQUADOR

Assange completa quatro anos ‘detido’ na embaixada do Equador em Londres

O fundador do Wikileaks, Julian Assange, completou no dia 19 de junho, quatro anos de reclusão na embaixada do Equador, em Londres. Para marcar a data, capitais de diversos países realizaram manifestações em apoio ao australiano e ele fez pronunciamentos via teleconferência. Com a chamada “Primeiro eles vieram por Assange...”, os atos aconteceram em Madri, Nova York, Quito, Atenas, Buenos Aires, Belgrado, Berlin, Bruxelas, Milão, Montevidéu, Nápoles, Paris e Sarajevo. Diversas personalidades internacionais participaram das atividades, entre elas o linguista Noam Chomsky; o filósofo Slavoj Žižek; o ex-ministro de Finanças da Grécia Yanis Varoufakis; os músicos Brian Eno, Patti Smith, PJ Harvey; o prêmio Nobel argentino Adolfo Pérez Esquivel, entre outros. Desde 2010 Assange é perseguido pela Suécia. Assange teme ser extraditado para o país, pois considera que a acusação de assédio sexual é um pretexto para enviá-lo aos Estados Unidos, onde é acusado por ter revelado milhares de documentos secretos deste país, e onde pode ser condenado à prisão perpétua pelo crime de espionagem.

*Com informações do jornal Brasil de Fato.

PÁGINA BÍBLICA

Pescadores, os primeiros discípulos de Jesus

Na edição passada iniciamos nossa caminhada pelo Novo Testamento. Começamos a ver O LUGAR DE JESUS, onde Deus podia ser encontrado. E o encontramos fora dos povoados e à margem do mar. "Mar que os romanos chamavam orgulhosamente 'mar nosso'". O que interessava aos romanos eram as cidades do mar.

Acompanhemos as reflexões de Sandro

SANDRO GALLAZZI*

O mar é o que interessa aos romanos

Judeia não lhes interessa como terra de produção, mas como rota, como via comercial, para recolher os produtos da Arábia. E, como corredor comercial, devia estar em paz, sem ladrões, bandidos ou assaltantes. Qualquer revolta que podia criar problemas ao comércio era severamente reprimida pelos romanos e com muita violência. Durante a vida de Jesus, as legiões romanas intervirão quatro vezes nessa terra, para reprimir e sufocar revoltas. Matarão e crucificarão milhares de pessoas. Jesus até lembra os galileus que foram degolados por Pilatos no templo de Jerusalém (cf Lc 13,1).

O mar dos romanos significava também o TRIBUTO (25% da produção), que devia ser pago em dinheiro; e o PÚBLICO, uma taxa paga para poder vender a produção ao mercado local. Essa arrecadação era arrendada a ricos locais (como Zaqueu que arrendou a arrecadação do público em Jericó), que não devemos confundir com os publicanos (como Mateus), de quem fala o Evangelho, e que eram os funcionários que arrecadavam o público na mesa do mercado. Se acrescentarmos a ANONNA (um imposto per capita, a cada judeu, e era pago em gêneros ou dias de trabalho), o DÍZIMO do templo e os sacrifícios pelos pecados..., então teremos o quadro mais exato da situação do povo pobre.

Uma pobreza imensa, fruto de uma exploração sofisticada e cruel.

Jesus não consegue dar um passo sem tropeçar em algum enfermo, mendigo ou possesso do demônio... claros subprodutos da fome.

Às margens do mar Jesus chama seus discípulos

Às margens do mar Jesus chama seu grupo, forma sua casa. Os primeiros membros são quatro pescadores: Pedro, André, João e Tiago.

A pesca é um trabalho impuro. No Antigo Testamento, do começo ao fim, não se encontram hebreus comendo peixes. Só em Esdras e Neemias se fala que em Jerusalém os fenícios vendiam pescados.



A profissão de pescador não era comum para o hebreu.

Mas no tempo de Jesus há muitos pescadores e muita gente come peixes.

Por quê? O latifúndio greco-romano expulsou da terra os antigos proprietários. Agora não têm como sobreviver e passam a ser pescadores.

O pescador é o antigo agricultor que perdeu sua terra e é obrigado a um trabalho que para o hebreu é impuro.

Quando Jesus diz a Pedro: lança a rede ao lago e a rede volta cheia ao barco, qual é a reação de Pedro? Ele diz:

"Afasta-te de mim, Senhor, eu sou um pecador!"

Pecador não porque tenha cometido pecado, mas pela situação impura de ser pescador, por ser obrigado a tocar em peixes impuros, ainda que seja para jogá-los fora (Mt 13,47-48).

Os primeiros que Jesus busca para seu grupo não são só os pobres, mas também os que estão marginalizados, econômica e socialmente.

O quinto homem do grupo é publicano. Este é outro trabalho impuro para os fariseus.

A estes companheiros lhes dá uma missão: Tirar os homens do mar. Ser pescadores de gente. Salvar a gente de tudo o que é o mar que mata e oprime. A luta contra o mar vai ser a característica da vida de Jesus e dos seus.

O Anúncio de Jesus

Jesus anunciou o Evangelho.

Este Evangelho consiste em duas mensagens:

O REINO DE DEUS CHEGOU, CREIAM E MUDEM SEU MODO DE AGIR.

Agora, para entender a riqueza deste anúncio devemos voltar 150 anos atrás, ao que aconteceu com o fim da luta dos Macabeus.

O fracasso de uma luta

É inegável que aquela luta foi um momento de esperança e de fé muito rico. Os camponeses lutaram com coragem contra o projeto de um grupo de sacerdotes modernizantes, que queriam fazer que Jerusalém e a Judeia ingressassem no mercado grego (ao "mar") com o título de "cidade livre", governado por um "demos" constituído pelos homens livres da cidade: homens e não mulheres, livres e não escravos, da cidade e não do campo. Campo-

neses, mulheres e escravos formavam o "laos", o povo que não contava para nada e que devia pagar toda mudança com uma exploração ainda maior.

Os camponeses, guiados pela casa de Matatias, se rebelaram contra este projeto e começaram a enfrentar os soldados gregos que estavam apoiando a mudança. A partir de sua luta, conseguiram que entrassem na mesma luta o setor sacerdotal conservador, que havia perdido o poder, e os "piedosos", os homens da Sinagoga.

Esta aliança, esta frente, e a fraqueza do reino grego da Ásia, permitiram vitórias significativas que obrigaram os gregos a cancelar o projeto de modernização e a contemporizar com as exigências da guerrilha.

Os camponeses lutaram com decisão e habilidade política, buscando o apoio de Roma que estava começando a crescer na cena internacional. Jonatas, irmão do comandante Judas Macabeu, chegou a proclamar-se Sumo Sacerdote, a autoridade máxima judaica. Seu irmão Simão conseguiu do rei e da assembleia da cidade os títulos de Estrategista (chefe militar), Sumo Sacerdote e Etnarca (chefe da nação). E a independência política.

Foi um grandioso sucesso, mas os reis asmoneus, descendentes de Simão, abraçaram o projeto grego contra o qual lutaram os camponeses. Seus nomes são todos gregos: Alexandre, Aristóbulo, Hircano, Alexandre...

Dez anos depois os antigos aliados passam a ser inimigos e os antigos inimigos são os aliados de hoje.

Uma briga interna pelo trono facilitou a entrada dos romanos, chamados a apoiar um dos pretendentes, no ano 64, antes de Cristo. Não saíram mais.

Este fato também pesou muito na consciência popular.

CAMPANHA CPT 40 ANOS

A CPT em Campanha: fazendo memória, abrindo porteiras e construindo história

THIAGO VALENTIM*

Há um ano a CPT, em todos os seus espaços, vem construindo a Campanha dos 40 Anos. Foram encontros, debates, reuniões periódicas, avaliações, planejamentos a fim de dar visibilidade à sociedade brasileira, em todos os seus segmentos, a importância das lutas camponesas para a transformação das situações de injustiça, as conquistas obtidas, a atuação da CPT, os desafios e a necessidade de mobilizar-se para continuar apoiando essas lutas.

É chegada a hora de intensificar essa campanha e mobilizar as pessoas para a solidariedade. A CPT deseja, ao dar visibilidade às lutas dos povos do campo, das águas e das florestas nestes 40 anos, mostrar que a atuação de agentes de pastoral da CPT em todos os recantos do Brasil, muitas vezes em regiões longínquas, foi e continua sendo importante para ajudar os povos a permanecerem firmes na luta, a fazerem o enfrentamento das injustiças, a superarem as divisões e construir projetos alternativos baseados na solidariedade, no cuidado com a casa comum e na partilha.

Ao fazer memória das lutas camponesas, reconhecemos o esforço de mulheres e homens da CPT, de todas as idades, nos processos formativos, organizativos, de mobilização e de convivência. Estes agentes de pastoral não hesitaram, e não hesitam, em dispor de recursos próprios para realizar seu trabalho. Mas o apoio financeiro de outras pessoas e organizações que acreditam nas causas que a CPT defende, também foi e continua sendo fundamental. Organizações ligadas às Igrejas cristãs, ecumênicas e outras organizações sem vínculos religiosos institucionais, tem aportado à CPT recursos financeiros que possibilitam à pastoral realizar um trabalho mais permanente junto às comunidades apoiadas. A doação de amigas e amigos também ajudaram muito. No entanto, os recursos têm diminuído gradativamente nos últimos anos, especialmente recursos oriundos da chamada cooperação internacional. Situações internas e necessidades em outros países têm levado estas organizações a redefinirem áreas geográficas de atuação. Faz-se necessário à CPT buscar formas alternativas de mobilização local de recursos. É neste sentido que intensificamos, nestes meses de junho e julho, a Campanha dos 40 anos, a partir de três eixos: fazendo memória, abrindo por-

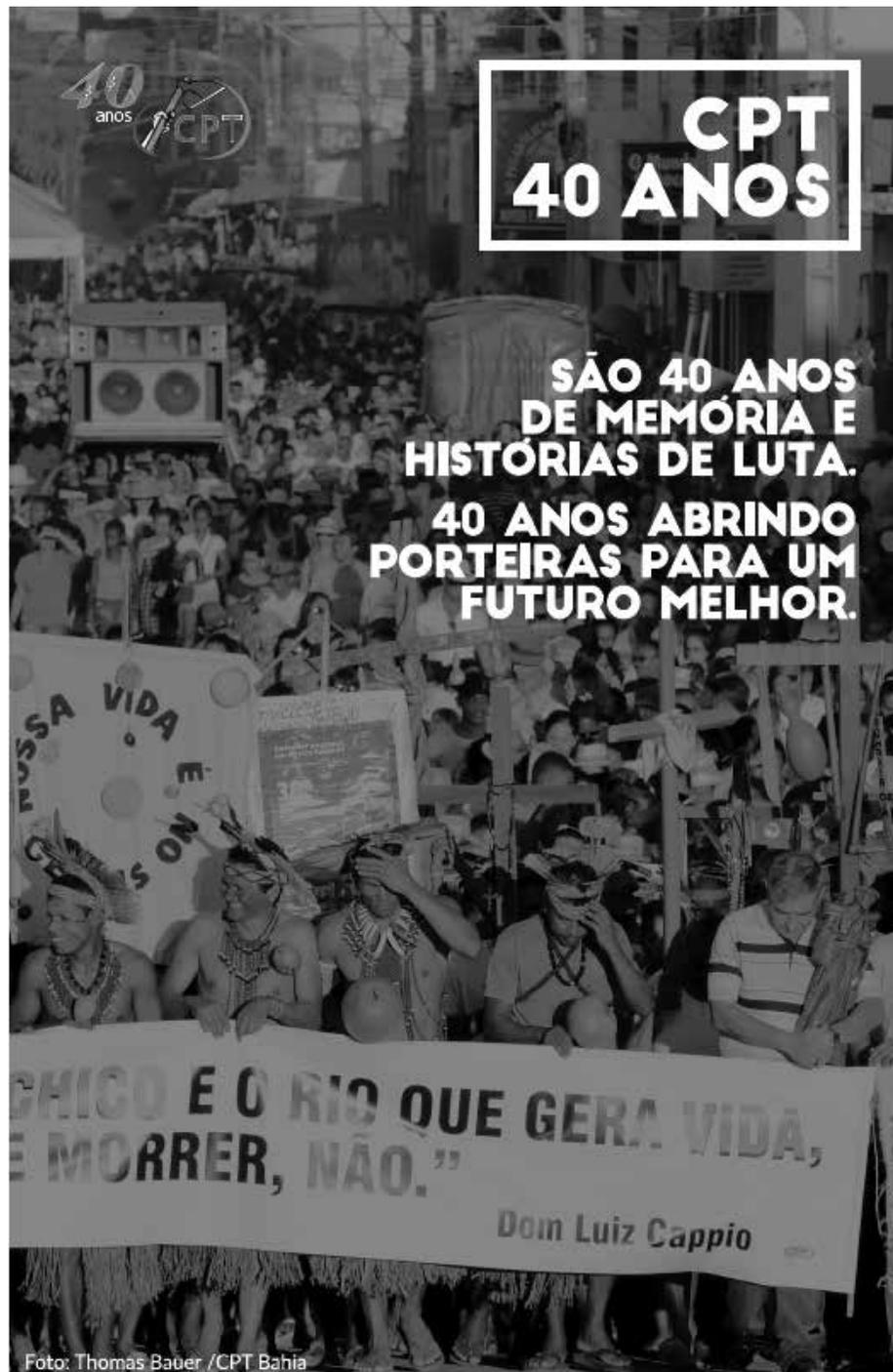


Foto: Thomas Bauer / CPT Bahia

teiras e construindo história, como uma experiência de mobilização nacional de recursos financeiros, que será aprimorada a partir de outras ações.

É importante deixar claro que todo o recurso que é doado à CPT é posto a serviço do apoio às lutas camponesas, na realização das atividades, na liberação de pessoas para serviços específicos, na produção de materiais, na garantia dos processos de mobilização, no acompa-

nhamento permanente de situações de conflito, nas denúncias das injustiças sobre os povos do campo.

Várias atividades poderão ser realizadas nestes dois meses. Porém, é necessário o envolvimento efetivo de agentes da CPT em todos os níveis, de amigas e amigos, de organizações parceiras, a fim de obtermos êxito nesta campanha. Dentre as ações, podemos destacar: divulgação online da campanha; divulgação da

campanha nos diversos eventos da CPT e de parceiros; contato com amigas e amigos que podem fazer sua doação; venda de materiais produzidos. Cada equipe regional poderá fazer seu planejamento das ações da Campanha, a partir das orientações nacionais.

Celebração do dia 25 de julho

Uma atividade especial de mobilização de recursos deverá ser a celebração do dia 25 de julho. O Dia 25 de julho foi estabelecido, em 1924, como dia do Colono, marcando a data do centenário da chegada dos colonos alemães ao Rio Grande do Sul (São Leopoldo).

O Dia do Colono se tornou uma comemoração bem difundida no Sul do Brasil. Possivelmente com a intensa migração de gaúchos para o Norte e o Centro-Oeste eles tenham carregado consigo esta comemoração. Mas a difusão da data para o Brasil todo como Dia do Trabalhador Rural, depois também chamado de dia do Agricultor e da Agricultora, Dia do Camponês e da Camponesa, foi a CPT quem fez. Na edição do Pastoral da Terra de maio/junho de 1977 foi feita uma convocação para que a CPT divulgasse entre as comunidades onde atuava e em todos os espaços a importância da celebração deste dia.

Hoje o 25 de julho é comemorado em muitas comunidades, tanto camponesas quanto urbanas, com celebrações em que a partilha é a marca forte de um ato de fé e de agradecimento. Caminhadas, festas da colheita, momentos de estudo e reflexão fazem parte das comemorações.

Por isso, está se propondo que nas celebrações deste dia ou na semana que vai de 23 a 31 de julho, seja feita uma coleta que seja destinada a manter os trabalhos desenvolvidos pela CPT, tanto em nível regional quanto nacional. Esta coleta solidária priorizará situações de maior necessidade.

Convocamos a todas e todos a se envolverem nesta Campanha dos 40 Anos em prol da CPT, fundamental para o apoio às lutas camponesas no Brasil. Que o Deus da Partilha abençoe e derrame abundantes bênçãos às comunidades que manifestarem sua solidariedade.

*Coordenação Executiva Nacional da CPT.

Cultura

Campanha #CPT40Anos

Como já é sabido, a **Campanha Nacional em comemoração aos 40 anos da CPT** foi lançada há pouco mais de um mês, e ainda temos atividades previstas para os próximos dois meses.

Aos nossos agentes, como estão as atividades de cada regional? Envie fotos, vídeos e outros registros para que possamos divulgar essas e outras atividades nos canais da CPT.

Aos militantes, parceiros, parceiras, apoiadores e apoiadoras da CPT, a gente sabe que vocês têm histórias para contar. .. portanto, queremos que você nos conte, através de uma publicação no seu facebook, alguma história ou caso que marcou a sua vida. Publique usando as hashtags #CPT40Anos e #HistóriasdaCPT, de preferência com uma foto. Vamos monitorar as publicações através das hashtags e será formada uma exposição virtual com as histórias das pessoas que dão vida para a missão da CPT.

Onde estamos?

Site | cptnacional.org.br

Facebook | [facebook.com/CPTNacional](https://www.facebook.com/CPTNacional)

Twitter | twitter.com/CPTNacional

YouTube | [youtube.com/CPTNacional](https://www.youtube.com/CPTNacional)

Contribua com o trabalho da CPT:

Entre no nosso site, e acesse o banner para saber como fazer sua doação:

APOIE O TRABALHO DA CPT

[CLIQUE AQUI E SAIBA COMO](#)

Você também pode contribuir adquirindo produtos na nossa loja Virtual, acesse:

<http://cptnacional.org.br/index.php/40anos/loja>



Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
 Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica

9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA